

Ata da 19ª Reunião do Conselho Municipal de Política Cultural

Aos 16 dias de maio de 2017, às 17h, no Teatro Gregório de Mattos, equipamento administrado pela Fundação Gregório de Mattos (FGM), realizou-se a décima nona reunião do Conselho Municipal de Política Cultural (CMPC), cuja pauta continha os seguintes itens: 1) Informes: Informes da FGM - Capoeira Viva Salvador; Mapeamento Cultural; Programa Viva Cultura; Estatísticas das inscrições nos editais Selo João Ubaldo Ribeiro - Ano II e Arte Todo Dia - Ano III; Participação de Salvador no programa Municípios Culturais; Regimento Interno do CMPC; Informes CMPC - Seminário sobre o Plano Municipal de Cultura de iniciativa dos movimentos sociais; Reunião da Comissão Temporária de Acompanhamento da Regulamentação do Fundo Municipal de Cultura; Programa Baiana Legal; 2) Indicação de Conselheiros para as comissões do Selo Literário João Ubaldo Ribeiro - Ano II, do edital Arte Todo Dia - Ano III e do programa Viva Cultura; 3) Criação de comissão temática provisória para organização das eleições do CMPC; 4) Criação de comissão temática provisória para organização da Conferência Municipal de Cultura; 5) Apresentação de projeto executivo do Diagnóstico do Desenvolvimento Cultural do Município; 6) Discussão sobre o Carnaval e 7) O que ocorrer. Os Conselheiros Titulares presentes foram Angelice Batista dos Santos (Barra-Pituba/Itapuã-Ipitanga); Danilo Moura Ferreira Mota (Culturas Identitárias e Inclusivas); Demian Moreira Reis (Circo); Edvaldo de Jesus Barreto (Cabula-T. Neves/Pau da Lima); Eucimar Freitas de Oliveira (Liberdade-São Caetano/Centro-Brotas); Fernando Ferreira de Carvalho (FGM); Jadson Santos do Nascimento (Valéria/Cajazeiras); Joceval Rodrigues (Câmara Municipal); Joelice Ramos Braga (SMED); Kilson Santana de Melo (Música); Leonardo Vicente Pereira (SEFAZ); Lindinalva Nila R. Freitas (Cultura Popular); Noelia Pires da Silva (Cidade Baixa-Subúrbio/Ilhas); Paulo Hermida Gonzalez (Casa Civil); Rita Maria Ventura dos Santos (Patrimônio Material e Imaterial); Rodrigo Cavalcanti (SALTUR); Soiane Gomes Paula e Tiago Oliveira Nascimento (Literatura); bem como os indicados do poder público para integrarem o CMPC, Luis Henrique de Magalhães Gaban, da SEMGE, e Mila Correia Gonçalves Paes Scarton, da SEDUR. Os Conselheiros Suplentes que compareceram foram Fabricio Cumming de Almeida (Cidade Baixa - Subúrbio – Ilhas); Salviano José de Almeida Filho (Cultura Popular); Silvio Humberto (Câmara Municipal); Sandra de Cássia S. dos Anjos (Culturas Identitárias e Inclusivas); Idelfonso Santos Conceição (Cabula-T. Neves/Pau da Lima) e Marcos Luis Silva Argolo (Valéria/Cajazeiras). Os servidores da FGM presentes foram Gildete Ferreira, Plutarco Drummond, Viviane Ramos e Eric Castro e Rebeca Caldas. O Presidente iniciou a reunião lendo a pauta e passou a palavra para o servidor da FGM, Plutarco Drummond, para dar os informes do órgão. Ele informou que, como previsto, naquele dia foi lançado e publicado no Diário Oficial do Município o edital Capoeira Viva Salvador e mostrou o *card* de

divulgação, que será divulgado nas redes sociais do CMPC e no e-mail dos Conselheiros. Acrescentou que serão oferecidos três prêmios de trinta mil reais e seis de quinze mil reais exclusivos para a área da Capoeira. Atendendo a algumas reivindicações do Conselho, ele lembrou que o Mapeamento Cultural já existe, é articulado com o Ministério da Cultura pelo site “Mapas Culturais”, sendo específico de Salvador. Informou que o link do mapeamento está na página principal do site da FGM e já conta com o registro de trezentos e quarenta e dois agentes culturais, bem como de alguns espaços culturais, incluindo aqueles geridos pela FGM. Destacou que o sistema depende da alimentação dos agentes, gestores de espaços, de projetos e de eventos e que será feito material de divulgação. Em seguida, Plutarco Drummond informou que no dia anterior havia sido publicada a regulamentação da lei que institui o Viva Cultura e a FGM vai dar continuidade à implementação do programa, sendo que a Comissão de Avaliação de Projetos Culturais (CAPC) está sendo formada, na qual o Conselho tem assento e o representante deveria ser votado naquele dia. O servidor da FGM disse também que a instituição estava finalizando o texto do edital de credenciamento de pareceristas que irão dar suporte na análise dos projetos culturais que serão aprovados pela CAPC, e a terceira etapa disso era a publicação de edital para a abertura das inscrições dos projetos. Dando continuidade, Plutarco Drummond apresentou as estatísticas das inscrições nos editais Arte Todo Dia – Ano III e Selo Literário João Ubaldo Ribeiro – Ano II. Ao todo quinhentos e onze agentes culturais apresentaram propostas, trezentas pessoas físicas, cento e sessenta e oito pessoas jurídicas Microempreendedoras Individuais (MEI) e quarenta e três pessoas jurídicas sem fins lucrativos. Explicou que o edital Arte Todo Dia – Ano III era dividido em três faixas, sendo a primeira com premiação de quinze propostas com o montante de dez mil reais, a segunda premiaria dez propostas com vinte mil reais e a terceira premiaria cinco propostas com trinta mil reais. Acrescentou que a categoria Artes Integradas foi a que recebeu mais inscrições, as que menos receberam foram Circo e Patrimônio, e que as propostas estão na fase de habilitação, com o resultado divulgado em quinze dias úteis. Já o Selo Literário João Ubaldo Ribeiro – Ano II, voltado à Literatura, recebeu cem inscrições que contemplaram todas as categorias, exceto Republicação, as propostas também estão na fase de habilitação e ao final serão publicadas oito obras. O servidor lembrou ainda que Salvador aderiu ao programa Municípios Culturais do Governo do Estado, que visa dar suporte aos municípios para a implementação dos sistemas de cultura e seus componentes, sendo que no caso de Salvador falta o Plano Municipal de Cultura e o Fundo Municipal de Cultura, os quais seriam abordados ainda naquela reunião. Danilo Moura parabenizou a FGM pelos editais lançados e perguntou se é possível sobrepor o Mapeamento Cultural com o Mapa das Baianas, produzido pela Associação Nacional das Baianas de Acarajé, Mingaus e Receptivos (ABAM), possibilitando as baianas de acarajé serem cadastradas como agentes culturais. Sugeriu que as estatísticas das inscrições dos editais fossem publicadas nos canais de comunicação da internet, mostrando ao público que o processo está sendo bem conduzido. Além disso, propôs que seja feita avaliação dos processos dos editais em suas etapas,

para que se possa entender, por exemplo, por que a categoria de Patrimônio foi uma das que menos receberam inscrições numa cidade que tem cinco bens patrimoniais registrados pelo IPHAN e pela UNESCO, da mesma forma deveria ser feito com a categoria Circo. Plutarco Drummond disse que a categoria Artes Integradas pode ter recebido propostas de Circo, da mesma forma Culturas Populares e Identitárias pode ter recebido projetos relacionados ao Patrimônio, assim era necessário chegar ao resultado da habilitação para que se possa aprofundar a análise. O Presidente considerou que à medida que o Mapeamento Cultural for apresentado à sociedade civil irão surgir dúvidas quanto ao preenchimento do formulário eletrônico. Sugeriu que seja criado um vídeo tutorial explicando o preenchimento do formulário e divulgado nos canais de comunicação do CMPC e FGM. Plutarco Drummond respondeu que a FGM já está providenciando isso e que se o Ministério da Cultura tiver produzido material da mesma natureza, ele pode ser divulgado, visto que o mapeamento é gerido pelo órgão federal. Danilo Moura perguntou se os dados dos agentes culturais que participam dos editais podem ser aproveitados no mapeamento mediante autorização. Plutarco Drummond respondeu que podem ser pensadas estratégias, como estabelecer que o cadastramento no mapeamento seja condição prévia para participar dos editais. Acrescentou que a empresa vencedora da licitação da construção do Diagnóstico Cultural do Plano Municipal de Cultura irá trabalhar com os formulários de inscrição nos editais, que são como um raio x dos agentes culturais. Rodrigo Cavalcanti alertou que quem faz o cadastro é o responsável legal pelos dados e mostrou receio em relação à publicação dos dados dos formulários pela FGM, pois com o passar do tempo eles ficarão desatualizados, e o órgão será o responsável pela atualização. Em seguida, o Presidente disse que os representantes da sociedade civil que falariam sobre o Seminário sobre o Plano Municipal de Cultura ainda não haviam chegado. Dando continuidade, informou que a Comissão Temporária de Acompanhamento do Regulamento do Fundo Municipal de Cultura se reuniu com a Assessoria Estratégica de Gestão da FGM e passou a palavra para Joceval Rodrigues. O Vereador disse que falar de diretrizes para regulamentação do fundo é algo muito complexo, mas a comissão conseguiu chegar em um denominador comum em diversos pontos, e que não se pretende “inventar a roda”, mas é preciso ser bastante democrático para a sociedade. Depois o Presidente informou que o material da campanha “Baiana Legal” está em produção com uma empresa de publicidade parceira que está fazendo o trabalho de forma gratuita, e também conta com a contribuição da ABAM. Disse que quando estiver pronto, o material será disponibilizado aos Conselheiros. Gildete Ferreira informou que esteve com a Dra. Luciana Hart, representante da Procuradoria do Município no Gabinete do Prefeito, a qual sinalizou algumas alterações necessárias no texto do Regimento Interno do CMPC. A assessora da FGM apresentou os pontos na reunião, e se propôs a alterar o texto e submetê-lo à análise da Comissão Temporária do Regimento Interno, para encaminhá-lo novamente ao Gabinete do Prefeito. O Presidente deu a incumbência à comissão temporária e propôs que as alterações sejam apresentadas na próxima reunião. Danilo Moura disse que não é necessário reunir a comissão, visto que se trata de pequenas

alterações que não interferem no espírito do regimento. Logo, as alterações podem ser feitas por Gildete Ferreira. Em seguida, lembrou que pelo menos em três das reuniões que participou não foi possível deliberar por conta do quórum e sugeriu rever as normas que estabelecem a representação dos titulares e suplentes. Retomou a discussão sobre o direito de voto para os suplentes diante da ausência dos seus titulares e sugeriu que não seja necessário um comunicado do titular prévio à reunião referente à sua ausência, mas que, na terceira chamada da reunião, caso o titular não esteja, e seu suplente esteja presente, ele deve assumir o seu lugar. O Presidente disse que a fala de Danilo Moura era mais uma justificativa para a comissão participar e defendeu que ela deve participar do processo de alteração do Regimento Interno, em seguida pediu a Gildete Ferreira que encaminhasse o documento para a comissão. Joceval Rodrigues pediu questão de ordem e solicitou que o ponto da discussão sobre o Carnaval fosse antecipado porque não poderia ficar até o fim da reunião. Retomou a discussão sobre a formação do Conselho Municipal do Carnaval (COMCAR), lembrou que na reunião anterior o assunto foi pautado, mas não houve quórum para deliberar, e informou que no dia anterior a esta reunião foi realizada a eleição do presidente do órgão. Sugeriu que fosse votada no pleno a participação do novo presidente e a apresentação da nova formação do COMCAR na próxima reunião ordinária do CMPC. O Presidente perguntou de que forma o CMPC deve participar dos processos de decisões, políticas e da organização do Carnaval de Salvador. Ressaltou que o CMPC tem membros que, além de serem artistas que se apresentam no Carnaval, também trazem a demanda da sociedade civil sobre a festa. Assim, o CMPC entendeu a importância de compreender como a festa se organiza a partir do poder público. As discussões da reunião anterior culminaram na proposta de convidar o presidente do COMCAR, da SALTUR, da Comissão de Cultura e da Comissão de Carnaval da Câmara Municipal, mas não foi possível deliberar. Colocou em votação se a próxima reunião deveria discutir o Carnaval e quem seriam os convidados. Paulo Hermida retomou a posição que já havia exposto em outro momento de que o local de discussão do Carnaval deveria ser o COMCAR, assim o CMPC deveria levar para lá as proposições referentes à política cultural e às demandas da sociedade civil. Ele não considerou lógico o conselho que discute o Carnaval ir até a reunião do conselho de Política Cultural para discutir sobre a festa. Sugeriu que fosse feita a mesma coisa com a SALTUR, visto que o CMPC é vinculado à FGM. Rodrigo Cavalcanti informou que Pedro Costa foi reeleito presidente do COMCAR e que a SALTUR tem assento no COMCAR. Esclareceu que a discussão no outro conselho é mais ampla, pois envolve temas, como Segurança Pública, sendo que a Polícia Militar, Corpo de Bombeiros e Secretaria de Segurança Pública têm cadeira no órgão. O representante da SALTUR concordou com Paulo Hermida e disse que também teve uma conversa informal com o presidente do COMCAR sobre a inclusão do artesanato na festa, conforme foi discutido na reunião anterior do CMPC, e ele sugeriu que a SALTUR leve o projeto para discussão no Conselho do Carnaval. Joceval Rodrigues ressaltou que o que mais foi discutido na reunião ordinária anterior foi a composição do COMCAR, e assim o presidente do órgão deveria participar da próxima reunião do CMPC para tirar dúvidas e

saber como o CMPC pode integrar o COMCAR. Concordou com Paulo Hermida de o CMPC participar das reuniões do COMCAR para tratar de assuntos mais específicos da festa, como Carnaval nos bairros e a participação da arte de rua. Fernando Guerreiro disse que as duas propostas se completam, não se contradizem. Tiago Oliveira mostrou preocupação sobre a metodologia da participação do CMPC no COMCAR e defendeu que se deve pensar como o CMPC pode propor essa participação e ter uma cadeira permanente no órgão. Lembrou que quando o COMCAR foi criado ainda não existia o CMPC. Considerou a sugestão de Paulo Hermida insuficiente e classificou injusto o fato de o COMCAR debater sozinho a organização do Carnaval sem o CMPC participar da discussão como parte integrante. Ressaltou a responsabilidade do CMPC em mudar a cara da festa, com a valorização da cultura popular e propor a melhor utilização do dinheiro público investido no Carnaval, com melhor distribuição e democratização dos recursos. Citou a ausência de expressões de circo, literatura e teatro e ressaltou a importância de investir em cultura nas periferias e seu impacto no futuro das crianças. Danilo Moura expressou dúvidas quanto à discussão sobre a composição do COMCAR e considerou estranho um conselho ter vaga em outro conselho e sugeriu que no COMCAR tenha uma vaga para os agentes culturais voltados mais especificamente às manifestações da cultura popular. Concordou que deveria ser feito o convite ao presidente do COMCAR para que se tenha uma conversa pacífica sobre a organização do Carnaval. Acrescentou que o CMPC não emite resoluções, sendo que isso está previsto no texto do Regimento Interno, e sugeriu que o Conselho fizesse uma resolução sobre o Carnaval, desta forma um conselho pode pautar outro, e o COMCAR teria que responder. O Presidente lembrou que o texto da resolução deve ser proposto por um/a Conselheiro/a e sugeriu que o documento seja elaborado após o CMPC ter uma maior compreensão sobre o Carnaval. Silvio Humberto reforçou a posição de Danilo Moura e ratificou a importância de o conselho de Política Cultural discutir o Carnaval. Disse também que o Carnaval deve estar dentro da política cultural e não o contrário, logo se deve convidar o COMCAR para uma reunião do CMPC. Joceval Rodrigues retomou a fala de Tiago Oliveira sobre a criação do CMPC depois da criação do COMCAR, sendo que deveria ser o contrário, e destacou a importância da ida do presidente do COMCAR à reunião, visto que se trata de um fato novo, histórico. Além disso declarou que não tem como o CMPC debater política cultural sem ter uma relação maior com o COMCAR, já que é composto por geradores de cultura que devem saber como é organizado o maior momento de expressão cultural da cidade, que é o Carnaval. O Vereador defendeu que é importante discutir a formação do conselho do Carnaval, até porque algumas associações têm cadeira no órgão, sendo que elas não existem na realidade. O Presidente perguntou se deveriam convocar outras entidades ligadas ao Carnaval. Fernando Guerreiro sugeriu que na próxima reunião a pauta deve ser baseada em uma visita de aproximação, em que o COMCAR deve apresentar como ele funciona e não o Carnaval, que deveria ser assunto de uma segunda visita. Alertou que a participação de diversas entidades pode causar conflitos e que essa discussão deve ser feita no Conselho do Carnaval. Joceval Rodrigues acrescentou que o CMPC deve

ter uma comissão para interagir com o COMCAR e apresentar as demandas. Jadson Nascimento concordou. O pleno aprovou a proposta de convidar o presidente do COMCAR, Pedro Costa. Fernando Guerreiro pediu questão de ordem, e solicitou antecipar o ponto “Apresentação de projeto executivo do Diagnóstico do Desenvolvimento Cultural do Município”, que seria apresentada pelos representantes da empresa vencedora da licitação. Danilo discordou, visto que as outras pautas eram deliberativas. Demian Reis concordou. O Presidente abriu uma votação e a maioria decidiu por antecipar o ponto de pauta. Gildete Ferreira apresentou o representante da empresa Cria Rumo, Ernesto Ribeiro, que recebeu a palavra. Ele informou que a empresa presta serviço de consultoria em planejamento e desenvolvimento do Turismo, Cultura e Economia Criativa e essa é a primeira vez que presta serviço para a Prefeitura de Salvador, através da FGM. Apresentou o planejamento do trabalho da empresa e informou que o projeto será executado no período entre oito de maio e oito de setembro, sendo executado por uma equipe multidisciplinar, composta por economistas, administrador, turismólogos, historiadores, sociólogos, antropólogos, arquiteto e jornalista. Acrescentou que o trabalho será dividido em três etapas, sendo que a primeira será o Diagnóstico Preliminar e terá duração entre o dia oito de maio e oito de junho, que consiste na leitura documental sobre trinta e nove linguagens culturais e os dez territórios de Salvador seguida de um fichamento e a construção diagnóstico preliminar, sob a luz do que já foi escrito sobre a cidade. Ele disse que a FGM indicou um total de vinte e seis documentos e a empresa anexou trinta e cinco a esses documentos. Explicou que a empresa seguiu o termo de referência da licitação e acrescentou a sua *expertise*, que é realizar um trabalho participativo, que vai se concentrar na segunda etapa. A participação abarcará a visão territorial e setorial, sendo que serão visitados os dez territórios de Salvador, com entrevistas a lideranças territoriais e das linguagens, além de ser feita consulta pública pela internet, por meio de formulário. Ernesto Ribeiro ressaltou a importância da divulgação do formulário *on line* por meio da FGM e do Conselho e explicou que após as entrevistas e formulários, os dados serão cruzados. Em seguida serão realizadas oficinas participativas nos territórios, em que os participantes poderão dizer o que esperam ver refletido no diagnóstico, por meio de grupos de trabalho e questões abertas na plenária. Esta etapa vai durar entre nove de junho e dez de julho. Depois, será construído o diagnóstico final, que será entregue no dia dez de setembro deste ano. O representante ponderou que o cronograma proposto no Termo de Referência é muito apertado. Explicou que no Diagnóstico Final podem ainda ser lidos outros documentos, caso sejam propostos nas oficinas, além de possíveis entrevistas de lideranças que não foram contempladas na segunda etapa, e três dias de oficinas conclusivas, para as quais os Conselheiros serão convidados. Ainda será discutida com a Fundação Gregório de Mattos qual a melhor forma de apresentação do Diagnóstico Final. Em seguida, Ernesto Ribeiro apresentou os outros representantes da empresa que estavam na reunião e entregou formulários aos Conselheiros para que sugerissem pessoas e instituições que devem ser entrevistadas, como foco no território e linguagem que cada um representava.

Danilo Moura lamentou que a equipe da empresa, com uma formação multidisciplinar e atuante na cidade mais negra do Brasil, é composta apenas por pessoas brancas e alertou que se não tivessem, passassem a ter integrantes negros, visto que isso é fundamental na cidade, cuja população negra é maioria, inclusive na produção cultural. Ressaltou que o tempo curto é um problema grave e sinalizou que a segunda etapa abrange a visita aos territórios e entrevista aos representantes de todas as linguagens culturais, e certamente o prazo deverá ser editado se a intenção for fazer uma coisa séria. Exemplificou o Subúrbio, composto por aproximadamente trinta bairros, e perguntou como vai se fazer uma convocatória representativa para o Subúrbio no período de um mês. Em seguida perguntou a quantidade de pessoas entrevistadas e qual o critério das entrevistas, visto que se trata de universo gigantesco, necessitando de alguma margem de ponderação. Perguntou qual a diferença entre visita e oficina em cada território e sugeriu que a terceira etapa também contasse com participação. Paulo Hermida concordou e disse que há um descompasso na questão do tempo nas primeira e segunda etapa. Perguntou se a segunda etapa começaria concomitantemente com a primeira, pois com o prazo de um mês seria necessário ter uma equipe bastante robusta. Perguntou também se existe algum plano de comunicação para a divulgação dos formulários *on line*, visto que não adianta ter espaço na internet para as pessoas contribuírem e elas não saberem que podem fazer isso, e questionou se desenvolveram plano amostral. O Presidente apresentou a Ernesto Ribeiro a Comissão Temporária do Plano Municipal de Cultura, formada por Kilson Melo, Jadson Nascimento, Soiane Gomes, Paulo Hermida e Danilo Moura. Em seguida, informou que a cidade aderiu ao programa Municípios Culturais, uma parceria entre a Prefeitura de Salvador e o Governo do Estado, em que o Estado disponibiliza expertise de profissionais para a construção de dois instrumentos do Sistema Municipal de Cultura, que são o Plano Municipal de Cultura e o Fundo Municipal de Cultura, sendo que tem um prazo de um ano para entregar esses documentos. Perguntou se eles vão divulgar o calendário das ações previamente para os territórios e se a empresa terá um canal direto com a sociedade, como e-mail ou telefone, que possibilite a participação direta da sociedade. Tiago Oliveira ressaltou a dificuldade em reunir uma grande quantidade de pessoas vinculadas às artes oriundos de todos os territórios da cidade. Acrescentou que a participação popular pode ser vinculada ao CMPC de uma forma mais forte. Demian Reis perguntou qual método a empresa vai utilizar para identificar uma liderança cultural e territorial e qual a quota que irão utilizar para determinar um número representativo e exemplificou a área de Circo, em que o Circo Picolino é sempre considerado representativo do segmento e se ignora todas as outras expressões da linguagem. Silvio Humberto se mostrou otimista quanto à realização do diagnóstico e salientou que ele pode funcionar como subsídio para a Comissão de Cultura da Câmara. Ressaltou a importância de se fazer a primeira oficina para ouvir as comunidades, assim como devem ser realizadas outras para entregar-lhes o resultado final do trabalho. Sugeriu que as pesquisas nas comunidades sejam feitas por moradores dos locais e não por pesquisadores que “descem de paraquedas” para entrevistar as pessoas. Além disso, destacou que a atividade

pode servir de fonte de geração de renda para as comunidades. Kilson Melo sugeriu que o formulário distribuído aos Conselheiros para sugestões de contato não se restringisse apenas a pessoas das áreas que representam, mas também a pessoas de outras áreas. O Presidente passou a palavra para Ernesto Ribeiro e disse-lhe que as perguntas que ele não puder responder poderá fazê-lo na próxima reunião ordinária. Ernesto Ribeiro iniciou falando sobre a composição da equipe da empresa e informou que há uma pessoa negra, Rejane Mira, que é a sua sócia e não pôde comparecer à reunião por estar com filho recém-nascido. Em seguida, lembrou que o prazo e o orçamento são apertados e a equipe tem lido o Termo de Referência (TR) inúmeras vezes. Disse que as reuniões e as entrevistas previstas para a segunda etapa são inovações, pois não foram solicitadas no TR, mas eles consideram que não é possível fazer um diagnóstico da cultura de Salvador sem envolver as pessoas. Quanto ao número de pessoas da equipe, ele falou sobre a limitação de recursos e garantiu que o trabalho será feito da melhor maneira possível dentro dos limites de tempo e de recursos. Informou que o trabalho das reuniões seria realizado após dois meses, sendo possível convidar a tempo as pessoas interessadas. Ele ressaltou que se trata de um diagnóstico e não de um censo ou inventário, e para isso não é preciso entrevistar todos os envolvidos, mas alguns, e destacou a importância de contar com as indicações dos Conselheiros para identificar quem são as pessoas relevantes a serem entrevistadas. Diferenciou visita técnica de oficinas e explicou que na visita técnica às vezes não é necessária a participação de ninguém do território, pois o pesquisador quer perceber a situação com seus próprios olhos. Ele pode andar pela rua, fotografar, ir ao teatro, ouvir música, participar um pouco da comunidade para que na oficina a equipe tenha bagagem do território. Já a oficina seria semelhante àquela reunião do Conselho. Ernesto Ribeiro acatou a sugestão de realizar a segunda etapa concomitantemente a primeira e disse que vai levar a sugestão para a sua equipe. Também aceitou a sugestão de inserir a participação na terceira etapa, e disse que os dois meses finais funcionarão como sanfona para ajustar o que faltar na segunda etapa. Disse também que o edital não previa consulta pública, mas decidiram fazê-la em uma reunião com assessores da FGM, portanto não foi elaborado plano de comunicação, mas ele seria feito. Paulo Hermida sugeriu que a FGM participasse ativamente do processo por meio de assessoria de imprensa e articulação para entrevistas a Fernando Guerreiro em veículos de imprensa. Edvaldo Barreto disse que deverá ser feita uma força-tarefa com uma equipe bem integrada e citou que enfrentou dificuldades e teve que desenvolver um trabalho minucioso para identificar os espaços culturais dos bairros que representa, Tancredo Neves, Pau da Lima e Cabula. Ernesto Ribeiro disse que as entrevistas serão feitas por uma equipe composta por seis pessoas, que serão divididas em dois grupos iguais. Informou que o valor pago pela FGM para desenvolver o diagnóstico totaliza duzentos e quarenta e um mil reais. Elogiou a sugestão de Silvio Humberto de inserir pessoas provenientes dos territórios de forma remunerada na equipe, mas lembrou que a ação não foi proposta no TR, tornando-se inviável. Ele disse que, se houver necessidade, poderá fazer em algum território, mas esse custo

não está previsto. Em relação à indicação de pessoas que não se restrinjam aos territórios e segmentos representados pelos Conselheiros para constar no formulário, Ernesto Ribeiro disse que se o número de pessoas indicadas for muito grande, ficará inviável contatar todas, mas elas serão chamadas para participar das oficinas. O Presidente sugeriu que a Comissão Temporária do Plano Municipal de Cultura se reúna com a empresa Cria Rumo, avalie as mudanças que forem possíveis de ser executadas pela equipe contratada e discuta o assunto na próxima plenária. Em seguida, o pleno indicou os Conselheiros titulares e suplentes oriundos da sociedade civil que irão acompanhar as comissões do Edital Arte Todo Dia – Ano III, Selo Literário João Ubaldo Ribeiro – Ano II e integrar a comissão do programa Viva Cultura, sendo um titular e um suplente para cada. Danilo Moura sugeriu que a pessoa que acompanhasse a comissão do edital Arte Todo Dia fosse membro da Comissão Temática de Artes. Paulo Hermida informou que a Coordenação Colegiada havia sugerido alguns critérios para a indicação. Em relação à comissão do Selo Literário João Ubaldo Ribeiro – Ano II, a sugestão é que sejam indicados o titular e suplente da área de Literatura, Tiago Oliveira e Evandro Jorge do Espírito Santo. Já para a comissão do edital Arte Todo Dia – Ano II, sugeriu que fosse indicado o representante do Circo, Demian Reis, por se tratar de uma linguagem que interage com a rua. Fernando Guerreiro sugeriu que integrasse a comissão do programa Viva Cultura um membro oriundo da sociedade civil da Comissão Temática de Economia Criativa, Edvaldo Barreto. Tiago Oliveira aceitou integrar a comissão do Selo Literário João Ubaldo Ribeiro – Ano II. Demian Reis perguntou o que deveria fazer na comissão e relacionou a ausência de projetos de Circo inscritos no edital Arte Todo Dia – Ano II pela falta de valorização do ofício e ausência de reconhecimento do poder público dos artistas da área. Viviane Ramos respondeu que o Conselheiro indicado vai acompanhar e fiscalizar a comissão que vai avaliar o mérito das propostas, conforme a competência do CMPC estabelecida na legislação de acompanhar o orçamento público. Ela disse também que o trabalho da comissão vai iniciar em meados de junho e que o número de propostas a serem avaliadas deverá ser menor do que a quantidade de inscritos porque ainda passarão pela fase de habilitação. Demian Reis respondeu que representa a área que teve menos inscrições e pediu que mais um representante, mas ele não tem suplente. Kilson Melo se disponibilizou a acompanhar a comissão do edital Arte Todo Dia - Ano II. Danilo Moura se disponibilizou a participar da comissão do programa Viva Cultura. O Presidente solicitou aos representantes da FGM que enviassem aos Conselheiros indicados as informações sobre as funções deles e o calendário das atividades. Propôs que as comissões temporárias para as eleições do CMPC e para a organização da Conferência Municipal de Cultura sejam definidas na próxima reunião ordinária. O pleno aprovou a proposta do Presidente e a participação do presidente do COMCAR, Pedro Costa, na pauta da próxima reunião, além da participação de Ernesto Ribeiro. Em seguida, o Presidente agradeceu a presença de todos e informou que a próxima reunião será realizada no dia 20 de junho, às 17h, no Teatro Gregório de Mattos. Sem mais da pauta a ser discutida na reunião, lavrou-se a presente Ata, que será assinada por



mim e pelos demais membros presentes do Conselho Municipal de Política Cultural de Salvador, Biênio 2015/2016.

Salvador, 20 de junho de 2017.

1. _____
2. _____
3. _____
4. _____
5. _____
6. _____
7. _____
8. _____
9. _____
10. _____
11. _____
12. _____
13. _____
14. _____
15. _____
16. _____
17. _____
18. _____
19. _____
20. _____
21. _____
22. _____
23. _____
24. _____
25. _____

26. _____
27. _____
28. _____
29. _____
30. _____
31. _____
32. _____